

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO 2018

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. – TRENSURB, ao longo da sua história, consolidou-se como uma empresa de transporte de passageiros sobre trilhos, indutora do desenvolvimento social e econômico. Sua implantação introduziu mudanças nos hábitos da população e alterou a realidade dos municípios de Porto Alegre, Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul, São Leopoldo e Novo Hamburgo, envolvendo a readequação da malha viária, do saneamento, da iluminação pública, da segurança de pedestres e outras obras complementares.

A TRENSURB, é instrumento de efetivação da política pública de mobilidade urbana na medida em que mantém seus recursos orientados a sua finalidade precípua de transportar pessoas.

Para nós, transportar pessoas significa a realização do deslocamento de forma coletiva, com regularidade, pontualidade e confiabilidade do serviço prestado, integração com os demais modais de transporte, protegendo o meio ambiente e a qualidade de vida, não só para seus usuários, mas para toda a sociedade.

A empresa busca uma associação crescente com projetos de responsabilidade socioambiental, culturais e educacionais, por meio de incentivo a projetos como: Estação Educar, Galeria Mário Quintana, Espaço Multicultural Livros Sobre Trilhos (que em 2014, rendeu o Top Cidadania – ABRH/RS) e ações culturais com shows e apresentações artísticas nas principais estações. Nas redes sociais da empresa, o relacionamento e atuação em suas páginas oficiais garantiu número expressivo de seguidores, como: Facebook 100.084 seguidores; Twitter, 76.940 mil e Instagram, 6.455.

Em fevereiro/2018, a TRENSURB obteve autorização para atualização da tarifa, que estava defasada e congelada há 10 anos, além disto o ano de 2018 encerrou-se com realizações importantes para a empresa, como a inauguração de obras essenciais para a melhoria dos serviços e dos processos internos da empresa. Mesmo frente aos desafios impostos pelas restrições orçamentárias do governo federal, ações de redução de custos foram intensificadas e ações de ampliação das receitas foram realizadas.

Para o ano de 2019 buscamos seguir trabalhando em prol da empresa e contribuindo na prestação do melhor serviço possível aos usuários, cuja satisfação é um dos principais objetivos do trabalho de todos na TRENSURB, assim como, a busca constante pela auto sustentabilidade econômica.

NOMINATIVA DA DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente, David Borille; Diretor de Administração e Finanças, Geraldo Luís Felipe, e Diretor de Operações, Eurico de Castro Faria.

PERFIL DA EMPRESA

A TRENSURB, é uma empresa pública, vinculada ao Governo Federal, que tem por acionistas a União (99,8812%), o Estado do Rio Grande do Sul (0,0919%) e o município de Porto Alegre (0,0269%). Foi criada em 1980 e iniciou a operação comercial em 1985.

O primeiro trecho da Linha 1, ligando Porto Alegre, Canoas, Esteio e Sapucaia do Sul, foi inaugurado em 2 de março de 1985. Em dezembro de 1997, o trem chegou a São Leopoldo e em maio de 2014 no município de Novo Hamburgo.

A linha de trens urbanos tem extensão de 43,8km, com 23 estações e uma frota composta por 40 Trens Unidades Elétrica – TUE's. Possui, ainda, um sistema de Aeromóvel que permite a integração e acesso rápido e direto ao Aeroporto Internacional Salgado Filho, sem custo adicional para os usuários do trem.

A estrutura administrativa da TRENSURB está disponível no sítio da empresa.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

O Planejamento Estratégico para o Ciclo 2016-2020 foi revisado em 2018, adequando-se ao atual momento econômico e político do País, redefinindo os objetivos estratégicos para alinhar a Gestão da TRENSURB e elaborar o plano de negócios para o exercício anual seguinte, como exige a Lei das Estatais.

A declaração da missão, visão e valores da TRENSURB compõe os elementos da identidade organizacional. Este conjunto é a síntese das premissas que expressam a razão de ser da empresa, conjunto de crenças e princípios, e a situação de futuro almejada, de forma explícita.

Missão:

“TRANSPORTAR PESSOAS DE FORMA RÁPIDA, SEGURA E COM QUALIDADE, DE MODO SUSTENTÁVEL”.

Visão:

“SER REFERÊNCIA EM GESTÃO PÚBLICA NA OPERAÇÃO DO SISTEMA METROFERROVIÁRIO, COM GERAÇÃO DE VALOR PARA SOCIEDADE E BUSCA PERMANENTE PELA SUSTENTABILIDADE”.

Valores:

- ✓ EFICIÊNCIA - Uso eficiente dos recursos;
- ✓ INTEGRIDADE - Adesão de valores, princípios e normas éticas. Atuar moralmente e conforme as normas legais vigentes, garantindo uma conduta voltada ao interesse público sobre os interesses privados;
- ✓ PERTENCIMENTO - Orgulho de ser TRENSURB. Construir e/ou fortalecer o sentimento de orgulhar-se de pertencer à TRENSURB, sentindo-se parte integrante da empresa;
- ✓ RESPEITO - Respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente;
- ✓ TRANSPARÊNCIA – Ser clara, translúcida em suas ações;
- ✓ URBANIDADE - Presteza e bom atendimento aos usuários.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Com o objetivo de adequar a empresa e os processos de trabalho às novas disposições normativas e legais, a Governança da TRENSURB vem sendo aprimorada, a fim de adotar as melhores práticas de gestão. Deu-se continuidade as ações do Programa de Integridade e foram aprovadas as Políticas de Divulgação de informações relevantes; de Transação com partes relacionadas, de Porta-vozes, de Gestão de riscos, bem como publicadas a Carta de serviços ao cidadão, a Carta anual e as atas de reuniões dos Conselhos e Comitês Estatutários.

Integram a estrutura de governança da empresa, o Conselho Fiscal; o Conselho de Administração; a Auditoria Interna; a Diretoria Executiva; o Comitê de Auditoria Estatutário; o Comitê de Elegibilidade; o Comitê de Riscos, e a Ouvidoria.

Também foi aprovado o Regulamento Interno de Licitações e Contratos – RILC, elaborado por empregados da empresa diretamente envolvidos nos processos de compras e contratos, contemplando as particularidades da empresa e do sistema ferroviário, e as disposições legais da Lei 13.303/2016. O RILC possibilita maior celeridade às contratações e a normatização de procedimentos auxiliares, como a pré-qualificação permanente, manifestação de interesse, credenciamento, dentre outros.

PRINCIPAIS AÇÕES E PROJETOS

No ano de 2018 a TRENSURB realizou um conjunto de ações e projetos, resultado dos esforços empreendidos para o alcance dos objetivos estratégicos da empresa. As principais ações, projetos e obras executadas e/ou concluídas no ano de 2018, foram voltadas para a prestação de um serviço público com qualidade e eficiência e que atenda às necessidades dos usuários. A seguir, listamos as principais ações/realizações do ano de 2018 e os principais projetos para o ano de 2019:

- ✓ Instalação de Escadas Rolantes – Visando proporcionar maior conforto e acessibilidade para os usuários, foram instaladas novas escadas nas Estações Unisinos e São Leopoldo;

- ✓ Implantação do PA (*Public Adress*) Digital Centralizado nas Estações – O projeto busca aumentar a satisfação dos usuários através da melhoria na comunicação e foi desenvolvido por técnicos da empresa;
- ✓ APP com informações aos usuários – Também desenvolvido e implementado por técnicos da TRENSURB, o aplicativo para smartphones fornece informações da situação operacional, mapa da linha, tempo de viagem, tabela horária, tarifas e canais de atendimento;
- ✓ Recall Frota Série 200 – Concluído o recall dos trens, com a entrega do 15° trem em dez/18, proporcionando aos usuários veículos climatizados, com maior tecnologia e conforto;
- ✓ Assinatura do Protocolo de Intenções com a RGE Sul – Serão desenvolvidos projetos em conjunto com a RGE Sul para a promoção de ações de eficiência energética;
- ✓ No campo da tecnologia da Informação – TI, houve aprovação do Planejamento Estratégico de TI - PETI e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI, onde se evidenciaram taticamente as ações a serem realizadas de forma a atingir o objetivo estratégico de TI proposto;
- ✓ Instalação de cabine de pintura – Em fase de conclusão, proporcionando melhores condições de trabalho, atendimento às normas ambientais e de segurança do trabalho;
- ✓ Central de resíduos industriais – Em fase de conclusão, garantindo o armazenamento adequado dos resíduos perigosos até a sua destinação final em cumprimento a legislação ambiental;
- ✓ Estão em andamento as tratativas para migração da contratação da energia elétrica de tração para o Ambiente de Contratação Livre - Estimamos a redução dos custos com a compra de energia elétrica na ordem de 25 a 30% através de preço fixado em contrato e reajustes conforme índice a ser pactuado entre as partes, e, a vantagem da inexistência de Bandeiras Tarifárias.

Além disto, o Governo Federal descentralizou recursos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, Programa Emergencial de Trilhos – PET, para a execução de quatro importantes projetos:

- ✓ Recuperação da Subestação de Sapucaia e Cabine Seccionamento de Luiz Pasteur: Objetivou a recuperação das funcionalidades das instalações e restabeleceu as condições operacionais e de segurança do sistema de abastecimento de energia elétrica de tração prejudicados após o incêndio ocorrido que resultou na inoperância e a limitação na quantidade de trens que poderiam circular no trecho entre a subestação São Luís e a cabine de São Leopoldo. O valor total do contrato foi de R\$ 18,5 milhões, e as obras foram concluídas em dez/18;
- ✓ Sistema de Segurança Perimetral: Objetivou a melhoria da segurança nas instalações prediais das áreas de energia e controle da TRENSURB, para coibir invasões e evitar danos que resultem em riscos aos sistemas, aos empregados e usuários. O sistema instalado conta com cercas eletrificadas, alarme local e monitoramento remoto. O valor do total do contrato foi de R\$ 849 mil e está em fase de implantação no Centro de Controle Operacional – CCO com 90% de conclusão do projeto;
- ✓ Sistema de Proteção Integrado *Intertripping*: A contratação visa automatizar a detecção de falhas e a interrupção no sistema elétrico de forma a evitar acidentes com perdas humanas e materiais e a interrupção da circulação de trens, tornando o sistema de alimentação de energia de tração mais seguro e confiável através da modernização de equipamentos de proteção e a integração lógica entre as cabines de seccionamento e as subestações. O valor do contrato é de R\$ 3,4 milhões e está em fase de elaboração do projeto executivo pela contratada;
- ✓ Sistema de Radiocomunicação para adequação às normas da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL: A contratação visa a modernização do sistema de radiocomunicação e a adequação às normas da ANATEL, propiciando melhores padrões de desempenho, segurança, eficiência funcional e operacional, além da integração das diferentes formas de comunicação. Licitação homologada em novembro/2018, com valor global do contrato de R\$ 6,7 milhões.

DESEMPENHO OPERACIONAL 2018

O desempenho da TRENSURB é medido por indicadores de desempenho, que permitem acompanhar, avaliar, decidir, interferir ou mudar o rumo dos processos de trabalho, visando atingir os objetivos estratégicos. A seguir são demonstrados os principais indicadores.

INDICADOR	2017	2018
Análise de Imagem TRENSURB	70,88%	73,13%
* Indicador de Governança – IG-SEST	Nível 3	Nível 2
Passageiros transportados	55.056.632	51.751.903
Média de passageiros dia útil	185.015	171.205
Índice de regularidade	99,29	99,16
Taxa de Cobertura Operacional	41,28%	55,26%

* O indicador classifica a empresa em um dos 4 níveis de Governança, onde o nível 1 representa o índice de melhor avaliação.

A Taxa de Cobertura Operacional – TCO é o índice financeiro da TRENSURB que mede a cobertura econômica com receitas próprias, frente às despesas de funcionamento. Não obstante persistissem restrições orçamentárias, observa-se um crescimento do indicador no ano de 2018 em relação a 2017, tendo em vista a atualização da tarifa a partir de fevereiro/2018, sendo este o principal fator para a melhoria do índice.

POTENCIALIDADES E DESAFIOS

Sempre comprometida com o comportamento ético, responsável e transparente, a TRENSURB continuará evidenciando esforços e realizando ações e projetos estratégicos, com o fim de melhorar o seu desempenho e buscar o equilíbrio econômico-financeiro, com o incremento das suas receitas e a racionalização das despesas de funcionamento.

Considerando o tripé da sustentabilidade (ambiental, econômico e social), destacamos os eixos social e ambiental, pois ao desenvolver seu serviço de transporte através de um modal de baixo impacto ambiental, a TRENSURB utilizando energia limpa e renovável, contribui para a redução do número de acidentes, diminuição dos gastos de manutenção das vias públicas e redução de custos com saúde pública, dentre outros. Além disto, ajuda a desafogar o tráfego rodoviário substituindo anualmente 780.000 viagens de ônibus, além de diversos veículos, evitando a emissão de aproximadamente 17.000t de CO₂ na atmosfera, de forma a concretizar o compromisso institucional com a gestão sustentável.

Dentre os principais projetos da empresa, a Bilhetagem eletrônica e a Otimização de ativos apresentam-se como potencialidades para o incremento das receitas. A Bilhetagem eletrônica é a modernização do sistema de vendas de créditos de passagens com adoção de novas tecnologias como QRCode, máquinas de autoatendimento, reconhecimento facial, uso de dinheiro eletrônico e controle total na gestão da receita operacional de transportes, reduzindo custos e gerando benefícios aos usuários. A Otimização de ativos visa, por sua vez promover a exploração comercial de terrenos, publicidade, fibra ótica, telecomunicação, espaços comerciais nas estações e parcerias estratégicas.

Além disto, visando o desenvolvimento das cidades da Região Metropolitana de Porto Alegre - RMPA, a TRENSURB pretende atuar na Integração Institucional da Mobilidade da Região realizando a aproximação entre órgãos governamentais e empresas públicas e privadas no intuito de proporcionar iniciativas conjuntas que promovam a racionalização do transporte coletivo ao longo dos municípios, considerando o trem como modo de transporte estruturador da região.

Por fim, a TRENSURB prima pela excelência no serviço aos usuários, com responsabilidade corporativa e transparência na gestão.

**BALANÇO PATRIMONIAL
 EM 31 DE DEZEMBRO
 (VALORES EXPRESSOS EM REAIS)**

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	NOTA	2018	2017		NOTA	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	131.974.827	73.200.604	Fornecedores		22.520.674	20.502.318
Créditos pela venda de serviços	5	1.459.221	1.850.032	Impostos e taxas a recolher		320.714	278.865
Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagto	6	7.355.653	8.818.436	Contribuições sociais a recolher		3.832.997	2.223.155
Adiantamento de férias e débitos de empregados	7	3.344.394	3.096.220	Obrigações trabalhistas	14	13.473.291	12.419.483
Adiantamento de fornecedores		61.617	65.127	Adiantamento de Clientes	15	1.392.698	1.334.122
Direitos a receber	8	240.338	266.669	Credores por convênios	16	562.622	670.845
Impostos a recuperar	20	8.810.380	7.920.020	Credores por depósitos		92.193	92.233
Estoques	9	28.357.909	28.554.288	Plano de Previdência - Déficit Atuarial	24c	469.307	294.280
Despesas do exercício seguinte		248.684	245.309	Provisão para contingências trabalhistas	17a	195.200.848	282.992.300
				Provisão para contingências cíveis	17b	24.862.823	27.075.409
		181.853.022	124.016.705			262.728.167	347.883.010
ATIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo				Provisão IR/CS diferido	12b	19.896.914	21.297.101
Aplicação em títulos e valores mobiliários		675	675	Adiantamentos para aumento de capital	19a	375.625.837	334.239.208
Depósitos judiciais	10	19.401.863	17.656.805	Plano de Previdência - Déficit Atuarial	24c	2.737.623	2.471.955
Débitos de empregados	7	277.296	351.231			398.260.374	358.008.264
Garantias à Juízo	11	23.629.854	18.736.310	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Penhora s/ receita própria	11	553.347	11.236.158		18		
		43.863.035	47.981.179	Capital social		1.673.424.165	1.673.424.165
Investimentos em participações societárias		22.696	22.696	Ajuste avaliação patrimonial	12b	38.623.191	41.341.201
Imobilizado	12	1.446.197.983	1.467.791.806	Prejuízos acumulados	18b	(695.658.493)	(773.695.276)
Intangível	13	5.440.667	7.148.978			1.016.388.862	941.070.090
		1.451.661.347	1.474.963.480				
		1.495.524.381	1.522.944.659				
TOTAL DO ATIVO		1.677.377.404	1.646.961.364	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.677.377.404	1.646.961.364

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
 EM 31 DE DEZEMBRO
 (VALORES EXPRESSOS EM REAIS)**

	NOTA	2018	2017
RECEITA LÍQUIDA	21	146.706.291	89.247.471
Custo dos serviços prestados	22	(250.583.160)	(219.330.720)
PREJUÍZO BRUTO		(103.876.869)	(130.083.248)
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	23	(77.407.738)	(72.289.251)
Outras receitas e despesas		(17.795.421)	40.326.378
Condenações Trabalhistas		(2.290.448)	(10.360.394)
Provisão ações trabalhistas	17a	(18.763.774)	52.464.916
Provisão/Reversão ações cíveis	17b	2.123.868	(3.373.140)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		1.134.934	1.594.996
		(95.203.159)	(31.962.873)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(199.080.028)	(162.046.121)
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO		(13.450.378)	(20.458.505)
Receitas financeiras		8.372.331	10.245.843
Despesas financeiras	19a	(21.822.709)	(30.704.348)
SUBVENÇÕES DO TESOURO NACIONAL	19b	286.448.991	174.668.680
RESULTADO OPERACIONAL		73.918.585	(7.835.946)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		73.918.585	(7.835.946)
PROVISÃO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	-
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		73.918.585	(7.835.946)
Resultado por ação do capital social		0,010	-0,001

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
 EM 31 DE DEZEMBRO
 (VALORES EXPRESSOS EM REAIS)**

	2018	2017
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	73.918.585	(7.835.946)
Depreciação do custo atribuído	4.118.197	4.118.197
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	78.036.782	(3.717.749)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 EM 31 DE DEZEMBRO
 (VALORES EXPRESSOS EM REAIS)**

	NOTA	CAPITAL SOCIAL	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		1.673.424.165	44.059.210	(769.977.527)	947.505.848
Créditos para futuro aumento de capital		-	-	-	-
Recursos recebidos		-	-	-	-
Atualização financeira		-	-	-	-
Aumento de Capital		-	-	-	-
Por incorporação de créditos		-	-	-	-
Total do resultado abrangente		-	(2.718.009)	(3.717.749)	(6.435.758)
Resultado do exercício		-	-	(7.835.946)	(7.835.946)
Ajuste avaliação patrimonial		-	(2.718.009)	4.118.197	1.400.188
Realização da reserva do custo atribuído		-	(4.118.197)	4.118.197	-
Realização IRPJ/CSLL da reserva do custo atribuído		-	1.400.188	-	1.400.188
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		1.673.424.165	41.341.201	(773.695.276)	941.070.090
Créditos para futuro aumento de capital		-	-	-	-
Recursos recebidos		-	-	-	-
Atualização financeira		-	-	-	-
Aumento de Capital		-	-	-	-
Por incorporação de créditos		-	-	-	-
Total do resultado abrangente		-	(2.718.009)	78.036.782	75.318.773
Resultado do exercício		-	-	73.918.585	73.918.585
Ajuste avaliação patrimonial		-	(2.718.009)	4.118.197	1.400.188
Realização da reserva do custo atribuído	12b	-	(4.118.197)	4.118.197	-
Realização IRPJ/CSLL da reserva do custo atribuído	12b	-	1.400.188	-	1.400.188
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		1.673.424.165	38.623.190	(695.658.493)	1.016.388.862

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EM 31 DE DEZEMBRO
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS)**

	NOTA	2018	2017
Receita de prestação de serviços		143.110.609	85.562.592
Receita de aluguéis, arrendamentos e concessões		3.962.184	4.060.476
Outras receitas e despesas (líquidas)		1.134.934	1.594.996
Provisões trabalhistas e cíveis		(16.639.906)	49.091.776
		131.567.821	140.309.840
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Materiais consumidos		(14.919.187)	(9.901.381)
Energia, serviços de terceiros, outras despesas operacionais		(95.499.597)	(86.582.474)
Perda na realização de ativos		(57.492)	1.410
		(110.476.276)	(96.482.445)
VALOR ADICIONADO BRUTO		21.091.545	43.827.395
Depreciação e amortização		(43.815.491)	(43.311.954)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		(22.723.946)	515.441
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas de Subvenções		286.448.991	174.668.680
Receitas financeiras		8.372.331	10.245.843
		294.821.322	184.914.523
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		272.097.377	185.429.964
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		272.097.377	185.429.964
Pessoal e encargos			
Remuneração direta		124.006.095	113.833.951
Benefícios		23.443.655	23.461.114
FGTS		9.612.922	8.127.641
		157.062.672	145.422.706
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		17.081.545	15.243.320
Estaduais		136.522	41.594
Municipais		12.884	36.740
		17.230.950	15.321.654
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		31.450	478.230
Aluguéis		2.062.460	1.817.202
		2.093.911	2.295.432
Juros sobre adiantamento de capital		21.791.259	30.226.118
Resultado retido		73.918.585	(7.835.946)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EM 31 DE DEZEMBRO
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS)**

	NOTA	2018	2017
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO AJUSTADO POR:		73.918.585	(7.835.946)
Depreciação e Amortização		43.815.491	43.311.954
Baixa de bens do ativo imobilizado		4.614.488	48.904
Juros atualização financeira sobre adiantamento capital	18a	21.791.259	30.226.118
Constituição/Reversão Provisões Trabalhistas e Cíveis	16	16.639.906	(49.091.776)
Recursos de Subvenção do Tesouro Nacional	18b	(286.448.991)	(174.668.680)
		(125.669.262)	(158.009.426)
(AUMENTO) REDUÇÃO DE ATIVOS			
Créditos pela venda de serviços		390.811	499.842
Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagamento		1.462.783	7.990.373
Estoques		196.379	(950.953)
Tributos e Contribuições a Recuperar		(890.360)	(1.257.802)
Depósitos, Penhoras e Garantias Judiciais		4.044.210	(5.446.598)
Demais contas de Ativo		(147.774)	320.188
		5.056.049	1.155.050
AUMENTO (REDUÇÃO) DE PASSIVOS			
Fornecedores		2.018.357	(712.399)
Impostos e taxas a recolher		52.965	(382.465)
Contribuições sociais a recolher		1.598.726	(665.425)
Obrigações trabalhistas, férias e encargos		1.053.807	852.223
Credores por convênios e depósitos		(49.687)	1.170.891
Plano de previdência e pensão a empregados		440.695	2.766.235
Contingências trabalhistas e cíveis	16	(106.643.943)	(11.397.580)
		(101.529.080)	(8.368.520)
Caixa Gerado nas Atividades Operacionais		(222.142.293)	(165.222.896)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível		(25.127.846)	(2.772.009)
Caixa Aplicado nas Atividades de Investimentos		(25.127.846)	(2.772.009)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recursos recebidos para aumento de capital	18a	19.595.370	424.203
Recursos de Subvenção do Tesouro Nacional	18b	286.448.991	174.668.680
Caixa Gerado pelas Atividades de Financiamento		306.044.361	175.092.883
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4	58.774.222	7.097.979
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		73.200.604	66.102.625
Caixa e equivalentes de caixa ao fim do exercício		131.974.827	73.200.604

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS, EXCETO QUANDO ESPECIFICADO)**
1. CONTEXTO OPERACIONAL

A TRENSURB é uma empresa pública, de capital fechado, com sede em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, tendo como acionista controlador a União Federal, estando vinculada ao Ministério das Cidades, tendo por objeto:

- planejamento, implantação e prestação de serviço de trens urbanos na região metropolitana de Porto Alegre;
- planejamento, desenvolvimento, operação e implementação de atividades conexas ou complementares às descritas na alínea anterior.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 As demonstrações financeiras individuais da Empresa foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das sociedades por ações, nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da empresa, e foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da empresa, cuja autorização para sua conclusão ocorreu em 22/02/2019.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas adotadas para reconhecimento e mensuração de elementos do patrimônio e do resultado estão descritas a seguir:

a) Apuração do resultado do exercício

O resultado é apropriado com base no regime de competência, sendo as receitas da prestação de serviço de transporte reconhecidas pela utilização quando oriundas da bilheteagem eletrônica Cartão SIM, TRI e TEU; as Subvenções do Tesouro Nacional recebidas são reconhecidas no resultado quando os recursos são disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para pagamento de despesas de pessoal, sentença e custeio devidamente empenhadas. Os custos dos serviços prestados envolvem custo de pessoal e encargos, depreciação e amortização, custo de energia elétrica de tração e serviços ligados à atividade de operação, manutenção e de sistemas metroviários.

b) Instrumentos Financeiros
b.1) Ativos financeiros não derivativos

A empresa reconhece os recebíveis, inicialmente, na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a empresa se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A empresa possui aplicações financeiras e recebíveis como ativos financeiros não derivativos.

b.2) Passivos financeiros não derivativos

A empresa reconhece passivos financeiros inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a empresa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A empresa baixa um passivo financeiro quando tem suas

obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A empresa possui fornecedores e outras contas a pagar como passivos financeiros não derivativos.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Representam valores em caixa, valores em trânsito oriundos de arrecadação, depósitos a liberar e aplicações de liquidez imediata, prontamente conversível, com baixo risco de variação no valor de mercado, avaliadas pelo custo acrescido de rendimentos no período.

d) Créditos

São avaliados pelo seu custo de aquisição ou valor de emissão ajustado ao valor provável de realização, quando aplicável.

e) Estoques

Os estoques de materiais de manutenção foram avaliados ao custo médio de aquisição, sendo constituída quando aplicável provisão para perda ao valor recuperável, em montante considerado pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas.

f) Investimentos em participações societárias

Os investimentos em outras sociedades estão avaliados ao custo de aquisição, que não superam o seu valor de mercado.

g) Imobilizado e Intangível

São registrados pelo custo histórico de aquisição, ajustado pela depreciação e amortização calculado pelo método linear a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil estimada, não havendo indícios de que o valor contábil supere o valor recuperável por uso ou por venda.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados. A administração definiu não determinar valores residuais, visto que os bens são de características próprias para atender as necessidades da empresa e que no final de sua vida útil não teriam valor comercial significativo.

h) Ajuste a valor presente

As operações de longo prazo e de curto prazo existentes não exigiram ajustes a valor presente, pela natureza e características das operações da Sociedade, conforme disposto na NBC TG 12 – Ajuste a Valor Presente.

i) Provisão para contingências

As provisões para riscos trabalhistas e cíveis são reconhecidas nas demonstrações financeiras tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela administração para cobrir perdas prováveis sendo atualizadas até as datas do Balanço, observada a natureza de cada contingência e apoiada nas informações da Gerência Jurídica desta empresa.

j) Demais ativos, passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. Estão demonstrados por

seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por estimativas de perdas prováveis.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2018	2017
Caixa	18.000	14.650
Valores em trânsito	1.093.949	989.350
Aplicações de liquidez imediata	130.862.878	72.196.604
	131.974.827	73.200.604

Além dos numerários em espécie e valores em trânsito oriundos de arrecadações e depósitos a liberar, são considerados como equivalentes de caixa aplicações financeiras de liquidez imediata, prontamente conversível, com baixo risco de variação no valor de mercado e que não possuem restrições para sua utilização, avaliadas pelo custo acrescido de rendimentos no período.

O aumento do saldo da conta no período deve-se aos montantes que puderam ser aplicados, em razão do aumento da receita decorrente do reajuste da tarifa ocorrido em fevereiro/2018.

5. CRÉDITOS PELA VENDA DE SERVIÇOS

	2018	2017
Créditos de Utilização Bilhetagem Eletrônica	576.511	844.287
Aluguéis, Arrendamentos, Concessões	882.710	1.005.745
	1.459.221	1.850.032

As contas de aluguéis, arrendamentos e concessões estão deduzidas da provisão para risco de crédito no montante de R\$ 286.317 (R\$ 263.644 em 2017).

6. SUBVENÇÕES - SIAFI - CONTA COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

Registra o valor do limite de saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pelo órgão central de programação financeira, para atender despesas, com vinculação de pagamento, previstas no orçamento, por fonte de recursos.

7. ADIANTAMENTO DE FÉRIAS E DÉBITO DE EMPREGADOS

	2018		2017	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamento de férias	3.005.510	-	2.770.129	-
Adiantamento por insuficiência de saldo, benefícios e outros	113.244	-	104.800	-
Débitos de empregados	225.640	277.296	221.291	351.231
	3.344.394	277.296	3.096.220	351.231

a) Adiantamento por insuficiência de saldo, benefícios e outros

Compõe adiantamentos a empregados de valores pagos por benefícios estipulados em acordo coletivo, onde os descontos ficam pendentes em consequência de afastamentos legais e/ou benefícios previdenciários e insuficiência de saldo. Tais valores são ajustados por provisão quando a possibilidade de perda é considerada provável pela área de recursos humanos. No exercício de 2018 a provisão é no montante de R\$ 37.666 (R\$ 20.861 em 2017).

b) Débito de empregados

Em decorrência das características dos Planos de Saúde pós-pago, existentes até 31/10/2008, o custo da assistência médica era suportado integralmente pela TRENSURB, inclusive a parcela destinada ao empregado, sendo ressarcida pelos mesmos, em percentuais definidos em acordo coletivo, mediante desconto mensal em folha, limitado ao máximo de 20% do salário-base, acumulando, dessa forma, débitos de empregados para com

12. IMOBILIZADO

a) Composição do saldo

Contas	Taxa Média Anual Depreciação (%)	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor líquido 2018	Valor líquido 2017
Terrenos	-	41.917.390	-	41.917.389	39.568.206
Edificações, estações e depósitos	4	235.403.228	(59.989.784)	175.413.445	180.072.233
Obras de arte (passarelas e viadutos)	3	162.528.562	(63.715.463)	98.813.099	101.293.438
Via permanente	3	604.347.557	(105.606.785)	498.740.772	510.892.688
Sistemas operacionais	9	216.223.515	(85.711.408)	130.512.107	137.920.096
Veículos ferroviários/aeromóvel	5	366.391.182	(110.376.216)	256.014.965	251.548.260
Veículos rodoviários	33	876.493	(870.014)	6.479	25.915
Equip. processamento de dados	22	5.704.634	(4.940.731)	763.903	756.324
Equipamentos, máquinas e instrumentos	13	54.737.064	(38.346.936)	16.390.129	20.508.033
Instalações	11	10.720.080	(5.294.693)	5.425.386	6.492.677
Móveis e utensílios	10	9.103.501	(5.998.000)	3.105.501	3.167.552
Benfeitorias em bens de terceiros	17	14.091.449	(9.139.735)	4.951.714	5.282.327
Imobilizado em curso	-	214.080.054	-	214.080.054	206.644.665
Importações em andamento	-	63.040	-	63.040	63.040
Almoxarifado de bens imobilizados	-	-	-	-	3.556.352
		1.936.187.749	(489.989.765)	1.446.197.983	1.467.791.806

Movimentação do ano

Saldo inicial	1.467.791.806
Adições	25.111.846
Baixas e Transferências (e)	(4.614.488)
Depreciação	(42.091.179)
Saldo final	1.446.197.983

b) A empresa realizou em 2010, através de laudo técnico, a revisão do ativo imobilizado com a finalidade de atribuição de novo custo (mais valia) em acordo com as normas e diretrizes da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, IBAPE - Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, NBC TG 27 e Interpretação Técnica ITG 10.

A Administração da empresa procedeu a revisão de alguns itens do imobilizado considerando o custo histórico como base de valor ajustado para refletir o "custo atribuído", a partir de 01/01/2010, cujos efeitos dessa mudança foram registrados de forma prospectiva, gerando no ano de 2010 o valor de R\$ 95.584.173 no ativo não circulante imobilizado e de R\$ 63.085.555 líquido dos efeitos tributários (R\$ 32.498.618) no patrimônio líquido.

No exercício de 2018 a realização da reserva do custo atribuído foi no valor de R\$ 4.118.197 referente a depreciação e no valor de R\$ 1.400.188 referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, resultando os saldos nas contas de ajuste de avaliação patrimonial o valor de R\$ 38.623.191 (R\$ 41.341.201 em 2017) e provisão do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferida o valor de R\$ 19.896.914 (R\$ 21.297.101 em 2017).

c) A Administração da Empresa através de relatório de teste de recuperação dos ativos emitido por especialistas em 02/01/2019, não identificou a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis ("Impairment"), conforme dispõe NBC TG 01-Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

d) O valor dos bens do ativo imobilizado dados em penhora ou em garantia em causas trabalhistas perfazem um total acumulado de R\$ 323.476.175 em 2018 (R\$ 306.693.118 em 2017).

e) As baixas do ativo imobilizado referem-se a baixa por obsolescência de seis escadas rolantes das estações São Leopoldo e Unisinos e de materiais sobressalentes dos trens.

a Sociedade. Considerando os valores registrados por empregado e os limites de desconto mensal permitidos, a área de recursos humanos elaborou a estimativa do montante a ser recebido no ativo circulante referente ao Plano de Saúde pré e pós-pago de R\$ 49.393 (R\$ 48.789 em 2017) e não circulante R\$ 194.448 (R\$ 268.816 em 2017), já ajustados por provisão de R\$ 149.507 (R\$ 131.492 em 2017), quando a probabilidade de perda é considerada provável pela área de recursos humanos. Os demais débitos de empregados do ativo circulante totalizam R\$ 173.825 (R\$ 172.502 em 2017) e do não circulante R\$ 82.848 (R\$ 82.415 em 2017).

8. DIREITOS A RECEBER

	2018	2017
Convênio Pessoal Cedido	32.308	60.070
Depósitos e Cauções	40.469	39.614
Dividendos/ Juros a Receber/ Outros devedores	9.637	9.061
Devedores Infração Legal e Contratual	157.924	157.924
	240.338	266.669

O valor de R\$ 157.924 referente a Devedores por Infração Legal e Contratual deve-se ao auto de infração da Receita Federal do Brasil (RFB) que se originou do processo fiscal nº 11080.728824/2012-63, onde a RFB apontou equívocos nas informações das bases de cálculo das notas fiscais emitidas pelos terceiros contratados quanto às contribuições sociais devidas por estes e recolhidas pela Trensurb na qualidade de substituta tributária. A Trensurb possui ajuizadas ações de cobrança, sendo o montante de R\$ 125.123 classificadas como remota perda e R\$ 32.801 classificadas como possível perda, pela área Jurídica da empresa.

9. ESTOQUES

Os itens mais significativos de estoque referem-se a materiais para manutenção dos TUEs, incluindo os sobressalentes dos 15 novos trens adquiridos pela empresa, registrados no grupo de Material de TUEs e Veículos.

Estoques de materiais de consumo	2018	2017
Material de TUEs e Veículos	23.225.180	23.208.455
Material da Via Permanente	1.027.652	1.063.258
Sistemas operacionais	3.305.550	3.604.566
Materiais de expediente e administrativos	799.527	678.010
	28.357.909	28.554.288

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2018	2017
Depósitos Judiciais Cíveis	21.084	19.859
Depósitos Judiciais Trabalhistas	19.092.575	17.310.486
Depósitos Judiciais S/ Aplicação Financeira	36.502	64.116
Processos Judiciais - Recursos Próprios	251.702	262.344
	19.401.863	17.656.805

Os Depósitos Judiciais sobre Aplicação Financeira correspondem a valores não disponíveis para uso da Sociedade por conta de bloqueio judicial para fazer garantia para processos trabalhistas.

11. PENHORA S/ RECEITA PRÓPRIA E GARANTIAS À JUÍZO

A Penhora Sobre Receita Própria de R\$ 553.347 (R\$ 11.236.158 em 2017) corresponde a valores em espécie, retirados da tesouraria da Trensurb pela Justiça do Trabalho para fazer garantia para processos trabalhistas. Os valores de penhora de receita própria, repostos pelo Tesouro Nacional através de receita de Subvenção de Sentença não liberados aos reclamantes são transferidos para conta Garantias à Juízo, que no período representam o valor de R\$ 23.629.854.

A redução do saldo da conta de penhora deve-se a recomposição de valores que haviam sido penhorados até maio/2018, quando foi recebido o montante de R\$ 101.661.975 para o pagamento do processo nº 011800-35.2005.5.04.0005, que possui como objeto diferenças salariais decorrentes da conversão da URV do ano de 1994.

13. INTANGÍVEL

a) Os ativos intangíveis com vida útil indefinida correspondem ao direito de uso concedido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre para utilização pela Sociedade e sua viabilidade operacional quando da constituição da TRENSURB, não sofrendo amortização, nem perda pelo valor recuperável.

b) Os ativos intangíveis com vida útil definida estão avaliados ao custo de aquisição, amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada, que não superam o seu valor recuperável por uso ou venda.

c) Nenhum dos ativos intangíveis foi gerado internamente.

Contas	Taxa anual amortização (%)	Custo	Amortização	Valor líquido	Valor líquido
		Corrigido	Acumulada	2018	2017
Direito de uso dos Imóveis	Vida útil indefinida	1.374.204	-	1.374.204	1.374.204
Direito de uso de telefones	Vida útil indefinida	1.596	-	1.596	1.596
Marcas e Patentes	10	4.872	(4.872)	-	-
Softwares	20	10.907.509	(6.842.641)	4.064.867	5.773.178
Outras despesas de informática	10	26.000	(26.000)	-	-
		12.314.181	(6.873.513)	5.440.667	7.148.978

Movimentação do ano

Saldo inicial	7.148.978
Adições	16.000
Baixas e Transferências	-
Amortização	(1.724.310)
Saldo final	5.440.667

14. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2018	2017
Férias e Encargos	13.466.448	12.411.172
Outras Obrigações Trabalhistas	6.843	8.311
	13.473.291	12.419.483

15. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	2018	2017
Credores p/ Venda Créditos/Bilhetes	24.073	278.685
Adiantamento ATP Cartão SIM e TRI	1.292.145	1.024.757
Adiantamento Clientes Comerciais	76.480	30.680
	1.392.698	1.334.122

O Adiantamento ATP Cartão SIM e TRI refere-se a valores recebidos quinzenalmente da Associação de Transporte de Passageiros de Porto Alegre (ATP), para fazer frente ao pagamento das utilizações dos cartões SIM e TRI.

16. CREDORES POR CONVÊNIO

	2018	2017
Convênios SESI/SENAI	150.232	250.648
Assistência Saúde	408.604	418.048
Credores Diversos	3.786	2.148
	562.622	670.845

17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS
a) Provisão para contingências trabalhistas

A constituição da provisão trabalhista é decorrente da análise jurídica das ações, quando a probabilidade de perda destas é considerada provável. A provisão constituída para ações trabalhistas compõe-se de R\$ 193.471.301 (R\$ 282.110.407 em 2017), para ações de empregados e de R\$ 1.729.547 (R\$ 881.893 em 2017), para ações de empregados de empresas terceirizadas.

A movimentação das provisões trabalhistas está composta como segue:

	2018	2017
	Circulante	Circulante
Saldo em 1.º de janeiro	282.992.300	346.666.157
(+) Provisão	32.645.825	32.737.222
(-) Reversão	13.882.051	85.202.138
(-) Pagamentos	106.555.226	11.208.941
Saldo em 31 de dezembro	195.200.848	282.992.300

A variação do saldo das provisões trabalhistas deve-se, principalmente, a realização da provisão do processo nº 011800-35.2005.5.04.0005, que possui como objeto diferenças salariais decorrentes da conversão da URV do ano de 1994 no montante de R\$ 101.661.975.

Os valores de ações trabalhistas cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica da empresa, é considerada possível compõe-se de R\$ 83.168.644 (R\$ 94.360.781 em 2017) sendo ações de empregados R\$ 77.796.918 e R\$ 5.371.726 ações de empregados de empresas terceirizadas.

b) Provisão para contingências cíveis

Foram registradas no passivo circulante, as ações cíveis, oriundas de ações de terceiros, cuja probabilidade de perda segundo a área jurídica da empresa, é considerada provável. A movimentação destas provisões em 2018 e 2017 está composta como segue:

	2018	2017
	Circulante	Circulante
Saldo em 1.º de janeiro	27.075.409	23.890.907
(+) Provisões/ (-) Reversões	(2.123.868)	3.373.140
(-) Pagamentos	(88.718)	188.639
Saldo em 31 de dezembro	24.862.823	27.075.409

A variação da provisão cível é decorrente da análise jurídica quanto a probabilidade de perda das ações já existentes, assim como atualizações e correções dos valores das ações judiciais.

Os valores de ações cíveis cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica da empresa, é considerada possível é de R\$ 9.884.773.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Capital Social

O capital social de R\$ 1.673.424.165 está representado por 7.118.868.877 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencentes integralmente a acionistas domiciliados no País. A composição acionária está assim representada:

Composição Acionária em	2018		2017	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionista				
União Federal	7.110.409.591	99,8812	7.110.409.591	99,8812
Estado do Rio Grande do Sul	6.543.949	0,0919	6.543.949	0,0919
Município de Porto Alegre	1.915.337	0,0269	1.915.337	0,0269
Total	7.118.868.877	100,0000	7.118.868.877	100,0000

b) Prejuízos acumulados

O Saldo da conta de Prejuízos Acumulados é de R\$ 695.658.493 (R\$ 773.695.276 em 2017). O lucro líquido do exercício no montante de R\$ 73.918.585 absorveu prejuízos acumulados em conformidade ao art. 189 da Lei 6.404/76.

19. RECURSOS RECEBIDOS DA UNIÃO FEDERAL
a) Adiantamento para futuro aumento de capital

Corresponde aos recursos recebidos da União para investimento e futuro aumento do Capital Social. Esses recursos são acrescidos dos valores de atualização financeira, pela taxa SELIC, conforme art. 2.º Dec. nº 2.673 de 16/07/98, até sua efetiva incorporação ao capital social. O resultado dessa atualização foi levado à conta de despesas financeiras no montante de R\$ 21.791.259 (R\$ 30.226.118 em 2017).

b) Subvenção para Custeio

As Subvenções recebidas do Tesouro Nacional, são disponibilizadas pela Secretaria do Tesouro Nacional para pagamento de despesas de pessoal, sentença e custeio devidamente empenhadas. O montante recebido em 2018 foi de R\$ 286.448.991 (R\$ 174.668.680 em 2017) composto a seguir:

	2018	2017
Subvenção		
Pessoal	115.637.968	117.073.324
Sentença	115.971.912	19.149.724
Custeio	54.839.111	38.445.632
	286.448.991	174.668.680

A variação da conta no período deve-se, principalmente, ao recebimento, em maio/2018, do montante de R\$ 101.661.975 para o pagamento do processo nº 011800-35.2005.5.04.0005, que possui como objeto diferenças salariais decorrentes da conversão da URV do ano de 1994.

c) Lei Orçamentária Anual - LOA

O orçamento anual da empresa está definido conforme Lei Orçamentária Anual - LOA/2019, número 13.808, de 15 de janeiro de 2019, e fixou a despesa da TRENSURB para o exercício financeiro de 2019 em R\$ 364.636.663. Deste valor, R\$ 163.636.280, são de recursos próprios diretamente arrecadados que compõe a projeção da receita para o exercício e R\$ 201.000.383 provenientes de recursos de subvenção concedidos pelo Tesouro Nacional. No decorrer do exercício existe a possibilidade da solicitação de créditos adicionais

ao orçamento vigente. Para este fim é publicada anualmente, Portaria do Ministério do Planejamento, estabelecendo procedimentos e prazos para solicitações de alterações orçamentárias.

	Lei Orçamentária	Recursos Próprios Fonte 250/280	Recursos Subvenção Fonte 100
Pessoal	168.936.541	13.636.280	155.300.261
Sentença	26.300.000	-	26.300.000
Custeio	149.400.122	130.000.000	19.400.122
Investimento	20.000.000	20.000.000	-
	364.636.663	163.636.280	201.000.383

20. IMPOSTOS A RECUPERAR

Os valores de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) a recuperar referem-se a retenções na fonte sobre a receita de aplicações financeiras e receita de aluguel a órgãos públicos.

	2018	2017
PASEP/COFINS	447	-
IRPJ	8.149.813	6.791.958
CSLL	4.407	3.918
ICMS	345.859	345.848
IRRF	309.854	778.295
	8.810.380	7.920.020

Existem prejuízos fiscais operacionais de R\$ 618.446.335 e bases negativas de CSLL de R\$ 633.444.915. Durante o exercício de 2018, saldos das contas de IRPJ e CSLL a recuperar foram utilizados para compensar os valores a recolher de Pasep e Cofins.

21. RECEITA LÍQUIDA

	2018	2017
RECEITA BRUTA		
Serviço de transporte metroviário	143.110.610	85.590.112
Aluguéis, arrendamentos e concessões	3.962.184	4.060.476
	147.072.794	89.650.588
Devolução de Vendas	-	(27.520)
Tributos sobre a receita bruta	(366.503)	(375.597)
	(366.503)	(403.117)
	146.706.291	89.247.471

O aumento da receita proveniente do serviço de transporte metroviário deve-se ao reajuste tarifário a partir de fevereiro/2018 que reajustou a tarifa unitária de R\$ 1,70 para R\$ 3,30.

22. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	2018	2017
Pessoal e Encargos ¹	111.631.421	93.326.354
Serviços de Terceiros	41.067.048	42.532.231
Consumo de Materiais ²	14.185.184	9.091.516
Energia Elétrica de Tração	35.906.437	28.313.137
Serviços de Utilidade Pública (água, luz e telefone)	7.449.758	6.296.884
Depreciação	40.133.648	39.623.028
Outros Custos	209.664	147.570
	250.583.160	219.330.720

1- A variação dos custos com pessoal e encargos deve-se, principalmente, ao pagamento retroativo da promoção por antiguidade 2014-2017, o pagamento retroativo do dissídio 2017/2018, além do reflexo da admissão de 59 segurancas metroviários ocorridos em função de decisão judicial.

2- A variação do consumo de materiais deve-se, principalmente, ao consumo de materiais sobressalentes dos Trens (TUEs) que compõem a Série 100 (trens adquiridos na década de 80), no montante de R\$ 4.164.968 correspondente a 1.191 itens de estoque utilizados na manutenção dos TUEs.

23. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2018	2017
Pessoal e Encargos	59.280.130	55.811.633
Serviços de Terceiros	8.589.721	7.278.067
Consumo de Materiais	734.003	809.865
Serviços de Utilidade Pública (água, luz e telefone)	1.312.540	1.204.633
Depreciação/ Amortização	3.681.843	3.688.925
Outras Despesas	3.809.501	3.496.128
	77.407.738	72.289.251

24. PLANO DE PREVIDÊNCIA E PENSÃO A EMPREGADOS
a) Descrição Geral do Plano

A empresa é patrocinadora do Plano de Benefícios denominado TRENSURB PREV, administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão do Banco do Brasil (BB Previdência), na modalidade de Contribuição Variável, que assegura benefícios a seus participantes (empregados) por ocasião de aposentadoria, entrada em invalidez e morte. Nessa modalidade, que conjuga características de Contribuição Definida e Benefício Definido, o plano é Contribuição Definida enquanto o participante (empregado) é ativo e torna-se um Benefício Definido quando da concessão de um benefício. Na fase ativa o plano pode ocorrer desequilíbrio nos casos de concessão de aposentadoria por invalidez e pensão por morte, caso o custeio atuarial ou premissas atuariais não aderentes ao plano. Quando da concessão do benefício, cujo valor é calculado com base no saldo de conta formada pelas contribuições patronais e individuais em favor do participante, o plano também apresenta risco, pois há a opção de concessão de renda vitalícia. O benefício é calculado com base em premissas atuariais (estabelecidas abaixo) e caso essas premissas não se concretizem (o assistido tenha uma sobrevida maior do que o esperado, por exemplo) pode haver um desequilíbrio no plano.

b) Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial

	Premissas Atuariais
Taxa de Juros Atuarial	4,5% a.a.
Taxa de Crescimento Salarial	zero
Taxa de Rotatividade	0,00%
Indexador de Reajuste dos Benefícios do Plano	INPC (IBGE)
Tábua de Mortalidade Válidos	AT - 2000 M
Tábua de Mortalidade Inválidos	EX - IAPC
Tábua de Entrada em invalidez	TASA 27

c) Conciliação Valor Presente (Obrigações Atuariais) e Ativos Líquidos do Plano

Ativos Líquidos	2018	2017
Patrimônio - P	61.956.677	54.554.451
Passivos Atuariais (Valor Presente)		
Benefícios Concedidos - A	33.003.703	32.837.894
Benefícios a Conceder - B	34.288.822	27.305.032
Déficit Contratado - C = C1 + C2 + C3	(4.963.877)	(5.516.926)
Patrocinadora - C1	(2.480.232)	(2.847.232)
Participante - C2	(66.967)	(74.379)
Assistidos - C3	(2.416.677)	(2.595.315)
Total das Provisões - D = A + B + C	62.328.648	54.625.999
Fundo Previdencial - E	104.830	31.732
Superávit/Déficit Atuarial - F = P + D - E	(476.801)	(103.281)
Valor do Ajuste de Precificação = G		(948.469)
Equilíbrio Técnico Ajustado - H = F + G	(476.801)	845.188

Conforme atuários responsáveis pela avaliação atuarial de 2018, o plano Trensurb Prev, apresentou um déficit técnico de R\$ 476.801, portanto não haverá necessidade de equacionar o Plano. Ressalta-se, que com a alteração da Resolução MPS/CGPC Nº 26 de 2008 pela Resolução MTPS/CNCP Nº 22 de 2015, os planos de benefícios previdenciários só serão passíveis de equacionar déficits, se os mesmos ultrapassarem o limite que é estabelecido para cada plano. No caso do plano Trensurb Prev o limite de déficit é de R\$ 2.081.655, portanto só passaria por equacionamento de déficit ao longo de 2018 se o valor do equilíbrio técnico ajustado fosse superior ao valor citado.

A *duration* do plano foi de 10,82 anos no encerramento de 2018, logo o limite de déficit técnico acumulado corresponde a 6,82% da provisão matemática. As premissas atuariais não sofreram alterações em 2018. Os investimentos do plano Trensurb Prev renderam 11,01% no ano, enquanto a meta atuarial (INPC + 4,50%) foi de 8,09%, portanto o resultado dos investimentos foi superior à meta atuarial estabelecida em 2,92%.

Quanto ao déficit contratado de responsabilidade da patrocinadora, cabe informar que sua amortização ocorrerá conforme Plano de Equacionamento de Déficit 2013 e 2014 e instrumento particular de garantia, com prazo de equacionamento de 127 meses, método de amortização Price e taxa de carregamento de 2%. O saldo devedor em 31/12/2018 é de R\$ 3.206.930 (Benefícios Concedidos), com prazo remanescente de amortização de 82 meses.

d) Política contábil para reconhecimento de ganhos e perdas atuariais

Os ganhos ou perdas atuariais compreendem as diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que ocorreu efetivamente. São contabilizadas através de reconhecimento de déficit ou superávit no Plano. Quando da ocorrência de déficit, este deve ser equacionado por meio de contribuições extraordinárias dos participantes, assistidos e da patrocinadora, conforme disposições da Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CGPC n.º 26/2008. O superávit verificado é reconhecido como reserva de contingência do plano, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor: Limite da Reserva de Contingência = [10% + (1% x duração do passivo do plano)] x Provisão Matemática. O que superar esse limite é alocado como Reserva Especial, que poderá ser utilizada para melhorias no Plano de Benefícios e/ou redução do Plano de Custeio, respeitadas as condições impostas pela Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CGPC n.26/2008.

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em conformidade com a política de transações com partes relacionadas da empresa e conforme estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, havendo ou não valor alocado à transação.

As transações com partes relacionadas da Trensurb no exercício de 2018 foram:

Parte Relacionada	Contrato	Valor Contratual	Valores Recebidos	Valores Pagos
Caixa Econômica Federal	01.120.031/2013	360.000	240.076	-
EBC - Empresa Brasileira de Comunicação	120.17/2015	1.750.000	-	242.178
EBCT - Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos	120.17/17-1	30.000	-	10.170
Imprensa Nacional	120.10/15-3	250.000	-	-

Administrador / Conselheiro	Parte Relacionada	Valores pagos em 2018
João Manoel da Cruz Simões	Ministério do Planejamento	36.837
Daniilo Ferreira Gomes	Ministério das Cidades	8.967
Silvani Alves Pereira	Ministério das Cidades	31.843
Reine Antônio Borges	Ministério das Cidades	19.593

26. CONCILIAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COM BASE NA LEI Nº 6.404/76 E LEI Nº 4.320/64 - SIAFI

A TRENURB é uma empresa pública, de capital fechado, sujeita às disposições da Lei nº 6.404/76 e as mudanças impostas pela Lei 11.638/07 para fins contábeis e societários. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a Sociedade é considerada também estatal dependente, vinculada ao Governo Federal, que, por determinação legal, utiliza o Sistema de Administração Financeira Federal (SIAFI), modalidade total, para registro de toda sua execução orçamentária, financeira e patrimonial.

A escrituração contábil segundo a Lei nº 6.404/76 não contempla todas as necessidades de registro que a Lei nº 4.320/64 exige, seja em nomenclatura, em função de conta, entre circulante e não circulante, bem como em função dos Recursos a Receber e/ou Recursos Diferidos e registro de Restos a Pagar referente orçamento do exercício findo.

No quadro abaixo, demonstra-se os valores do exercício de 2018 que compõem a forma de contabilização em cada uma das leis mencionadas, esclarecendo a origem das diferenças apontadas, sendo que tais diferenças de valores se referem a registros e apropriações necessárias para atender a cada uma das referidas Leis.

ATIVO	Nota	Lei 4.320/64	Lei 6.404/76	Diferenças
Circulante		190.215.350	181.853.022	8.362.327
Não Circulante		1.517.956.492	1.495.524.381	22.432.110
Realizável a Longo Prazo		42.926.160	43.863.035	-936.875
Investimento		22.696	22.696	-
Imobilizado		1.469.566.969	1.446.197.983	23.368.985
Intangível		5.440.667	5.440.667	-
Total do Ativo		1.708.171.841	1.677.377.404	30.794.437
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Lei 4.320/64	Lei 6.404/76	Diferenças
Circulante		289.715.682	262.728.167	26.987.515
Não Circulante		403.811.592	398.260.374	5.551.217
Patrimônio Líquido		1.014.644.567	1.016.388.862	-1.744.295
Capital		1.673.424.166	1.673.424.166	-
Reserva de Capital		-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial		38.623.190	38.623.190	-
Lucros e Prejuízos Acumulados		-777.960.210	-769.577.078	-8.383.132
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		80.557.422	73.918.585	6.638.837
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.708.171.841	1.677.377.404	30.794.437

a) A diferença no Ativo Circulante de R\$ 8.362.327 a maior na contabilidade da Lei nº 4.320/64 está melhor descrita conforme demonstrativo abaixo:

Valor - R\$	DESCRIÇÃO
553.347	Valor referente a penhoras e provisão efetuadas na arrecadação que estão em fase de recuperação no SIAFI (Circulante) e registrada na contabilidade Societária no longo prazo.
36.502	Valor referente a registros de bloqueio s/ Aplic. Financeira em contas do Circulante no SIAFI e no Não Circulante na contabilidade Societária por melhor adequação do termo da conta.
(115.396)	Valor referente rendimentos aplicação CTU terceiro decêndio de dezembro 2018, registrado na contabilidade Societária pelo regime competência.
3.510	Valores referente a regularizações de adiantamento fornecedor, na contabilidade Societária e não realizada no SIAFI no exercício, por falta de tempo hábil para registro, devido prazo de encerramento do SIAFI.
7.457.211	Valores referente aos pagamentos da folha de pagamento e encargos sociais da data de 31 de dezembro de 2018 pela nova modalidade de pagamento - Ordem de Pagamento, no SIAFI, gerando saldo na conta - Limite de Saque C/Vinc.Pgto - Ordem P.
80.127	Valores referente a regularizações de adiantamento clientes, na contabilidade Societária e não realizada no SIAFI no exercício, por falta de tempo hábil para registro, devido prazo de encerramento do SIAFI.
8.362.327	Total da Diferença no ATIVO CIRCULANTE entre os dois sistemas contábeis.

b) A diferença no Ativo Não Circulante - Realizável a Longo Prazo de R\$ 936.875 a menor na contabilidade da Lei nº 4.320/64 está melhor descrita conforme demonstrativo abaixo:

Valor - R\$	DESCRIÇÃO
(347.026)	Valor referente a registros de Depósitos Judiciais em contas do Circulante no SIAFI e no Não Circulante na contabilidade Societária por melhor adequação do termo da conta.
(553.347)	Valor referente a penhoras e provisão efetuadas na arrecadação que estão em fase de recuperação no SIAFI (Circulante) e registrada na contabilidade Societária no longo prazo.
(36.502)	Valor referente a registros de bloqueio s/ Aplic. Financeira em contas do Circulante no SIAFI e no Não Circulante na contabilidade Societária por melhor adequação do termo da conta.
(936.875)	Total da Diferença no ATIVO NÃO CIRCULANTE entre os dois sistemas contábeis.

c) A diferença no Ativo Não Circulante - Imobilizado no valor de R\$ 23.368.985 a maior na contabilidade da Lei nº 4.320/64, está melhor descrita conforme demonstrativo abaixo:

Valor - R\$	DESCRIÇÃO
20.129.958	Saldo de valores registrados em Restos a Pagar referente a 2012, processados a pagar no SIAFI, e que na contabilidade societária somente será registrada mediante a apresentação do documento fiscal com o material e/ou serviço.
(2.085.097)	Valor referente a provisão de notas de Restos a Pagar.
709.636	Valor referente notas de débitos de despesa de Investimento, registradas em Fornecedor na contabilidade Societária.
4.614.488	Valor referente regularização baixa Ativo Imobilizado efetuado na contabilidade societária após prazo de encerramento do SIAFI.
23.368.985	Total da Diferença no ATIVO NÃO CIRCULANTE-IMOBILIZADO entre os dois sistemas contábeis.

d) A diferença no Passivo Circulante de R\$ 26.987.515, a maior na contabilidade da Lei nº 4.320/64 está melhor descrita conforme demonstrativo abaixo:

Valor - R\$	DESCRIÇÃO
20.129.958	Saldo de valores registrados em Restos a Pagar referente a 2012, processados a pagar no SIAFI, e que na contabilidade societária somente será registrada mediante a apresentação do documento fiscal com o Material e/ou serviço.
(2.085.097)	Valor referente a provisão de notas de Restos a Pagar.
7.457.211	Valores referente aos pagamentos da folha de pagamento e encargos sociais da data de 31 de dezembro de 2018 pela nova modalidade de pagamento - Ordem de Pagamento, no SIAFI, gerando saldo na conta - Limite de Saque C/Vinc.Pgto - Ordem P.
709.636	Valor referente notas de débitos de despesa de Investimento, registradas em Fornecedor na contabilidade Societária.
713.146	Valores referente a regularizações de adiantamento fornecedor, na contabilidade Societária e não realizada no SIAFI no exercício, por falta de tempo hábil para registro, devido prazo de encerramento do SIAFI.
77.643	Valores referente a regularizações de adiantamento clientes, na contabilidade Societária e não realizada no SIAFI no exercício, por falta de tempo hábil para registro, devido prazo de encerramento do SIAFI.
(14.982)	Valor referente provisão BB Previdência apurada após fechamento do SIAFI.
26.987.515	Total da Diferença no PASSIVO CIRCULANTE entre os dois sistemas contábeis.

e) A diferença no Passivo Não Circulante de R\$ 5.551.217 a maior na contabilidade da Lei nº 4.320/64 está melhor descrita conforme demonstrativo abaixo:

Valor - R\$	DESCRIÇÃO
5.600.753	Valor referente a registros de IR/CS REF AJUSTE DE MAIS VALIA, sem situação contábil que permitisse o registro correto no SIAFI.
(49.536)	Valor referente provisão BB Previdência apurada após fechamento do SIAFI.
5.551.217	Total da Diferença no PASSIVO NÃO CIRCULANTE entre os dois sistemas contábeis.

f) A diferença no Patrimônio Líquido de R\$ 1.744.295 a menor na contabilidade da Lei nº 4.320/64 está melhor descrita conforme demonstrativo abaixo:

Valor - R\$	DESCRIÇÃO
(5.600.753)	Valor referente a registros de IR/CS REF AJUSTE DE MAIS VALIA, sem situação contábil que permitisse o registro correto no SIAFI.
(709.636)	Valor referente notas de débitos pagas referente a despesa de Investimento e registradas em Adiantamento Fornecedor na contabilidade Societária.
(115.396)	Valor referente rendimentos aplicação CTU, terceiro decêndio de dezembro 2018, registrado na contabilidade Societária pelo regime competência.
2.484	Valores referente a regularizações de adiantamento clientes, na contabilidade Societária e não realizada no SIAFI no exercício, por falta de tempo hábil para registro, devido prazo de encerramento do SIAFI.
4.614.488	Valor referente regularização baixa Ativo Imobilizado efetuado na contabilidade Societária após prazo de encerramento do SIAFI.
(64.518)	Valor referente provisão BB Previdência apurada após fechamento do SIAFI.
(1.744.295)	Total da Diferença no PATRIMÔNIO LÍQUIDO entre os dois sistemas contábeis.

27. REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

As remunerações pagas a administradores e a empregados no exercício foram as seguintes:

Remuneração	Maior	Menor	Média
Administradores	29.547	23.136	25.652
Empregados	31.206	1.911	6.442

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2018.

DAVID BORILLE
Diretor Presidente
CPF ███858.700-███

GERALDO LUIS FELIPPE
Diretor de Administração e Finanças
CPF ███129.910-███

EURICO DE CASTRO FARIA
Diretor de Operações
CPF ███723.210-███

TALITHA DA SILVEIRA MENGER DE SOUZA
Setor de Contabilidade e Patrimônio
Contadora CRC/RS 090.987
CPF ███422.060-███

JAIR BERNARDO CORREA
Gerência de Orçamento e Finanças
CPF ███204.900-███

Valor - R\$	DESCRIÇÃO
347.026	Valor referente a registros de Depósitos Judiciais em contas do Circulante no SIAFI e no Não Circulante na contabilidade Societária por melhor adequação do termo da conta.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Aos****Diretores e Acionistas da****Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. – TRENSURB****Porto Alegre - RS****Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos**Demonstração do Valor Adicionado**

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. A administração da Companhia decidiu apresentar essa demonstração como informação suplementar às IFRS e legislação brasileira, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade

de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 01 de fevereiro de 2019.

MACIEL AUDITORES S/S
2CRC RS 5.460/O-0 – T – SP
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
1CRC/RS 71.505/O-3 – “T” – SP
Responsável Técnico

LUCIANO GOMES DOS SANTOS
CRC RS 059.628/O-2
Responsável Técnico

PARECER DO CONSELHO FISCAL**Nº 01/2019**

O Conselho Fiscal da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - TRENSURB, usando de suas atribuições legais e estatutárias, com base nas atividades desenvolvidas, no Relatório da Administração, no Balanço Patrimonial, nas Demonstrações do Resultado do Exercício, nas Mutações do Patrimônio Líquido, nos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado, assim como nas Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e, tendo como referência o Relatório do Grupo Maciel Auditores S/S, Auditores Independentes, emitido em 08 de fevereiro de 2019, bem como o Relatório da Auditoria Interna nº 401/2019 – Balanço de 31/12/2018, os quais são adotados, na íntegra, conclui que os referidos documentos representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Empresa, naquela data, encontrando-se em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas. O lucro líquido do exercício de 2018 absorveu prejuízos acumulados, em conformidade às disposições do art. 189 da Lei 6.404/76.

Porto Alegre, 22 de fevereiro de 2019.

ELIAS JACÓ DOS SANTOS
Presidente do Conselho Fiscal

BRUNO RIBEIRO DA ROCHA
Conselheiro

FLÁVIA MARIA IZAIAS SANT'ANNA LIMA
Conselheira

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**REC-0001/2019 - 22/02/2019****APROVA RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

O Conselho de Administração da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - TRENSURB, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, nos termos do artigo 38, inciso VII, do Estatuto Social resolve:

Manifestar-se pela aprovação do Relatório Anual de Administração e das contas da sua Diretoria Executiva constantes nas Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, para o fim do inciso I, do Art. 132 da Lei 6.404/76. O lucro líquido do exercício de 2018 absorveu prejuízos acumulados, em conformidade às disposições do Art. 189 da Lei 6.404/76.

JOÃO MANOEL DA CRUZ SIMÕES
Presidente do Conselho de Administração - Substituto